

Artigos Originais

HISTÓRIA POLÍTICA, ENSINO DE HISTÓRIA E CIDADANIA: CAMINHOS ENTRELAÇADOS

Original Articles

POLITICAL HISTORY, HISTORY TEACHING AND CITIZENSHIP: INTERLACED PATHS

Thiago Fidelis¹

<http://lattes.cnpq.br/8837582381518616>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

RESUMO: O ensino de História no Ensino Fundamental e Médio vem sendo objeto de discussão nos últimos anos, uma vez que ainda há um certo distanciamento entre a História produzida na Academia e a História ensinada nas escolas. Além disto, o ensino deve prover, conforme aponta a Constituição Federal de 1988, a formação cidadã para o educando. E entendendo ser cidadão como alguém que participa diretamente para a manutenção e o desenvolvimento do local onde vive, cumprindo seus deveres e cobrando seus direitos, é inevitável associar o assunto cidadania do assunto política. Assim, a ideia deste artigo é fazer uma breve reflexão sobre como a política é entendida dentro da historiografia, e seus desdobramentos na Educação e no ensino de História.

Palavras-chave: historiografia. ensino de história. História política.

ABSTRACT: *The History teaching in the Elementary and High School has been the object of discussion in the last years, since there is a detachment between the History produced in the College and the History taught in the schools. Furthermore, the education should provide, according the 1988 Federal Constitution, the civic education to the students. The citizen must be understood like someone that contribute for the preservation and the development of the own town, fulfilling their duties and demanding their rights. It is impossible to separate citizenship and policy. So, the idea of this paper is to reflect about how the policy is understood inside in historiography, and its deployments in the Education and the History teaching.*

Keywords: *historiography. history teaching. political history.*

Em março de 2011, o Senado brasileiro realizou uma pesquisa, em todas as capitais dos estados brasileiros (e Brasília, capital nacional), questionando o interesse destas pessoas em relação à política, bem como a opinião sobre o formato

¹ Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil(2010) Aluno do Programa de Pós-Graduação em História desta mesma instituição. Atua como Professor Assistente da União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO), Professor do Colégio SETA e do Cursinho VEST JR.

da democracia atual, com perguntas pontuais sobre a forma de votação, funcionamento do Executivo e Legislativo, etc.

De acordo com a estimativa da pesquisa, das quase 800 pessoas entrevistadas, 29% demonstraram ter um interesse baixo ou não ter interesse pelo assunto política, e 18% declararam ter alto interesse pelo assunto. Na divisão relacionada à escolaridade, cerca de 43% dos entrevistados que possuem o Ensino Fundamental não possuem interesse ou possuem baixo interesse por política; perpassando aos outros níveis, temos que 30% dos que tem Ensino Médio e 16% dos que tem Ensino Superior também não se interessam ou interessam muito pouco pelo assunto. Ao analisar o outro extremo das opiniões, 11% dos que possuem Ensino Fundamental possuem alto interesse pela política, contra 13% dos que tem Ensino Médio e 31% dos que tem Ensino Superior.

Através desta relação, parece claro que quanto maior o nível de escolaridade da população maior é o seu envolvimento com a política de seu país. No entanto, fora do escopo da pesquisa é ainda mais difícil visualizar interesse pela política de grande parte da população nacional, sendo que muitos assuntos bastante polêmicos no âmbito político (como, entre outros, o Código Florestal e a manutenção de arquivos em segredo de Estado) geraram pequenas e tímidas manifestações, sem grandes alterações no cotidiano.

E nas escolas, realmente o assunto política é relevante no ensino? Na disciplina de História, como se entende as práticas abarcadas pela política em si? Longe de esgotar o tema, o artigo tem como intenção fazer uma breve reflexão sobre a política no contexto escolar brasileiro, com ênfase no ensino de História em si.

A DISCIPLINA DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ

A atual Constituição Brasileira, apelidada de “Constituição Cidadã” por Ulysses Guimarães (deputado federal e presidente da Assembleia Constituinte de 1987/1988), teve como principais características a proposição de vários artigos visando a melhoria das condições de vida da população, assolada por uma forte crise econômica desde os fins dos anos 70 e pelos repressivos governos militares (1964/1985).

Dos 97 artigos promulgados em 05 de outubro de 1988, 10 artigos foram referentes à educação, reunidos na seção sobre Educação em um capítulo destinado à este assunto e à Cultura e Desportos. Seu primeiro artigo procurou deixar claro qual a função que a educação deveria ter no país:

Art. 205

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim, além do chamado ensino tradicional, há o foco no exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho, funções consideradas primordiais, segundo os congressistas, para a plena formação de qualquer pessoa. Na formação cidadã, o ensino de História acabou sendo a disciplina visada para tal abordagem, já que em teoria qualquer pessoa deve saber a história de seu país e valorizar seu passado, uma vez que estes acontecimentos seriam as bases para o que existe hoje.

No entanto, a discussão sobre como trabalhar este aspecto foi (e continua sendo) bastante complexa, já que a disciplina História não é vista da mesma forma por todos os historiadores. Se pela Constituição a formação cidadã é necessária e se a História acabou tendo esta incumbência por conta da “tradição” de seu conteúdo, a pergunta que ficou (e ainda continua) é: como trabalhar esta formação cidadã dentro do conteúdo?

Atualmente, o que mais vem sendo discutido é a aproximação da disciplina histórica com o cotidiano dos educandos, uma vez que um dos entraves apontado para o ensino de História é o distanciamento entre seu conteúdo e o mundo atual – afinal, qual o interesse que uma criança matriculada no 6º ano do Ensino Fundamental teria na formação da Grécia Antiga? Ou qual o interesse do jovem no fim do 7º ano em estudar a transição do Feudalismo para o Capitalismo? – além de inúmeros outros questionamentos.

Uma das formas que vem sendo apontada para esta aproximação é levar em conta, no currículo da disciplina, dados referentes ao espaço onde a escola e seus alunos estão inseridos, além de levar em conta, a primeiro momento, as ações referentes à vivência destas pessoas

A proposta de metodologia do ensino de história que valoriza a problematização, a análise e a crítica da realidade concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, sujeitos históricos que cotidianamente atuam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivência: em casa, no trabalho, na escola, etc. Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela nem é algo apenas herdado via nacionalidade, nem se liga a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência (FONSECA, 2003, p. 94).

No entanto, esta visão não tornou-se um padrão nas escolas em todo o país, e a discussão sobre como formar o cidadão na disciplina História ainda é um hiato na discussão sobre os currículos atualmente. E, resgatando a ideia dos primórdios gregos, se ser cidadão tem a ver com participar das decisões sobre como administrar a cidade, ser cidadão não pode ser desassociado do ser político. E a relação entre política e história não é, necessariamente, uma relação harmoniosa e natural, mas sim uma relação conflituosa, que permeou a produção historiográfica durante muito tempo.

A POLÍTICA NA HISTORIOGRAFIA

Antes de chegar à escola, a questão da política é um assunto bastante discutido na própria produção historiográfica. A preocupação sistemática com a escrita da história veio a partir do século XVIII, com uma ênfase nos chamados documentos oficiais, por autores considerados “positivistas”. A escola metódica e a produção historiográfica, durante todo o século XIX, dera ênfase aos aspectos políticos ligados às instituições, aos grandes reis, líderes políticos ou grandes reinados, considerados dignos de ter sua história lembrada, rememorada

A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objectividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão. Os historiadores “positivistas” participam na reforma do ensino superior e ocupam cátedras em novas universidades [...] Ora, os manuais escolares, muito explicitamente, veneram o regime republicano, alimentam a propaganda nacionalista e aprovam a conquista colonial (BOURDÉ, 1983, p. 97).

No entanto, a produção historiográfica não “limitou-se” apenas ao político, e alguns historiadores já buscavam fugir deste paradigma hegemônico na produção

historiográfica, influenciados, sobretudo, pelos estudos das Ciências Sociais (em especial a Sociologia e a Antropologia), da Geografia e da Psicologia, principalmente (BURKE, 1997, p. 23-32). Embora desde fins do século XIX já existia produção historiográfica significativa sobre assuntos fora do âmbito da política institucional, foi em 1929 que, com a criação do periódico francês *Annales d'histoire économique et sociale* que seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, buscavam uma história problematizada, que não se preocupasse, necessariamente, com a descrição dos gloriosos políticos, mas sim com a compreensão de todos os aspectos humanos, transcendendo a visão política à favor do econômico e do social

A história renovada lançava um novo olhar sobre a pesquisa histórica, sobre seus instrumentos, objetos e objetivos. A história normal rejeitada, um novo mundo histórico se desenha: os *Annales* significavam um “progresso”, no sentido das revoluções científicas de Kuhn, não em direção à “verdade” da história, mas a uma compreensão mais detalhada do processo histórico, mais ampla e que incluía, dando-lhe outro significado, a compreensão anterior (REIS, 1996, p. 60-61, grifo do autor).

Com esta nova perspectiva, a rejeição ao político foi bastante expressiva. A partir da problematização proposta por Bloch e Febvre a produção sobre a política em si teve grande queda, e pouquíssimos pensadores ligados aos *Annales* voltaram suas pesquisas para este aspecto. Além disto, a perda de crédito da democracia nos anos 30 com a ascensão dos modelos políticos totalitários e a situação de constante tensão gerada pela *Guerra Fria* após a *Segunda Guerra Mundial* (1939/1945) acabou afastando os historiadores dos aspectos políticos, focando mais em outros objetos que não remetessem, necessariamente, aos acontecimentos políticos.

No entanto, é necessário frisar que o ocaso da política em relação a outros temas não refletiu, necessariamente, na realidade destes homens: Lucien Febvre havia lutado na Primeira Guerra Mundial (1914/1918), Fernand Braudel ficou preso na Alemanha durante quase toda a Segunda Guerra e Marc Bloch morreu nos campos de concentração, fuzilado pelos nazistas em 1944 (FIDELIS, 2007, p. 215)². A opção metodológica não significou, necessariamente, um abandono à participação

² Na prisão Bloch escreveu vários textos sobre a história e o historiador, reunidos por Lucien Febvre na obra *Apologie de l'histoire ou Métier d'historien* (Apologia da História ou O Ofício do Historiador); Braudel escreveu grande parte de sua tese e, posteriormente, obra *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II* (O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II), dividido em 3 volumes.

política, mas sim uma forte crítica à maneira como a política era estudada na História até então.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

No Brasil, o ensino de História fora marcado, tradicionalmente, pela valorização do passado europeu, principalmente das Idades Antiga e Média. O Colégio D. Pedro II, criado em 1837 no Rio de Janeiro e modelo para a criação de outros colégios pelo Brasil, teve em seu material exatamente esta valorização, em uma respectiva histórica que valorizava a eloquência da história até então, como é notável nas três primeiras obras didáticas utilizadas no ensino de História

- *Resumé de l'histoire du Brésil* (Resumo da História do Brasil até 1828), de Ferdinand Denis – obra escrita por um militar francês e adaptada no Brasil pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB);
- *Compendio da historia do Brasil*, do General José Ignácio de Abreu Lima – obra escrita em 1843, foi adotada até 1862 como referência no ensino, embora sofreu oposição de vários membros do IHGB por ser “nacionalista” demais, destacando os feitos brasileiros em detrimento dos acontecimentos na Europa;
- *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*, de Joaquim Manoel de Macedo – o médico, romancista e historiador era professor do Pedro II desde 1849, e foi estimulado à escrever a obra retomando os preceitos considerados “corretos” pelo IHGB (ALVES, 2009.)

Tal perspectiva mudou substancialmente no país com a ascensão do *Estado Novo* (1937), onde Getúlio Vargas instituiu a disciplina de História do Brasil em todo o ensino (o Brasil era visto, até então, como um apêndice da História Geral Européia), dando um peso tão grande para seu estudo quanto à História Européia (GOMES, 1996). Além disto, foi feita uma verdadeira mobilização por parte de Vargas para instituir o sentido de nação no Brasil, buscando centralizar o poder em detrimento das oligarquias estaduais e cooptar os inúmeros intelectuais para um bem comum, o sentimento de nação entre os brasileiros (MALATIAN, 1986).

Com a queda de Vargas em 1945, o ensino passou a ser mais “equilibrado” no campo histórico, sendo a História do Brasil uma matéria normal como as outras “partes” da História. Na realidade manteve uma tendência já efetivada a partir de 1942, ainda com Gustavo Capanema a frente do Ministério da Educação; a história em si estava focada nos aspectos econômicos: a História do Brasil era, sobretudo, a História dos ciclos econômicos – a ocupação portuguesa começou com a extração do pau-brasil, e a colonização iniciou-se efetivamente com o ciclo da cana-de-açúcar, seguido pelos ciclos da mineração, do café, da borracha e da industrialização, moldando a sociedade brasileira a partir destas mudanças.

Na educação, de uma maneira geral, o Ministério da Educação e Saúde³ passou a ter uma diretriz mais acentuada para o Ensino Técnico, devido à falta de profissionais para vários ramos industriais no Brasil. A partir deste aspecto, o ensino das humanidades foi perdendo espaço para as disciplinas mais “técnicas” (ou profissionalizantes), acompanhando a industrialização brasileira que crescia substancialmente desde os anos 30.⁴

Ainda neste período de redemocratização foi discutida com bastante entusiasmo a LDB (Lei de Diretrizes Básicas), que viera a ser promulgada apenas em 1961. O ensino particular ganhara força, passando a receber estímulo do estado para sua manutenção, considerado um direito para o cidadão: se um pai não queria ter o filho educado pelo Estado, poderia optar por outro tipo de ensino, centrado em cooperativas ou em instituições livres.

Em fins dos anos 60 e início dos anos 70 o aumento das instituições técnicas e privadas foi bastante acentuado com o período político da Ditadura Militar: o ensino técnico passara a ser prioridade, juntamente com o incentivo à proliferação das escolas particulares. Assim, a História foi integrada com a Geografia em uma disciplina chamada Estudos Sociais⁵, onde não existia, necessariamente, um estudo histórico em si, mas apenas pequenos fragmentos, valorizando a imagem dos grandes homens e dos grandes feitos (em uma alusão bastante significativa à historiografia bastante questionada pelos *Annales*).

³ O desmembramento entre as duas áreas ocorreu em 1953, quando a Educação foi atrelada à Cultura, e desmembrada em definitivo em 1985.

⁴ Durante o governo de José Linhares, foram instituídos os decretos-leis 8.621 e 8.622 instituintes a criação do Serviço Nacional do Comércio (SENAC), e o decreto-lei 9.613, instituindo o ensino técnico agrícola em território nacional.

⁵ A Lei número 5.692, de 11 de agosto de 1971, formalizou a estruturação do ensino desta forma.

Assim, o profissional responsável pelo ensino de História era, basicamente, alguém com uma formação bastante geral: a licenciatura em Estudos Sociais englobava conhecimentos em História, Geografia e Ciências Sociais, em um período de 3 anos. Logo, não havia preocupação com uma formação abrangente da matéria, mas sim apenas um conteúdo básico (FONSECA, 1993).

MUDANÇAS NO ENSINO E NA HISTORIOGRAFIA

Os anos 80 foram bastante significativos pelo fim da Ditadura Militar no Brasil e pelo “resgate” da História Política. O lançamento da obra *Pour une histoire politique*, em 1988, pelo historiador René Rémond caracterizou o sentimento entre boa parte dos historiadores que se dedicavam ao político: a insatisfação a pouca importância de seu objeto e uma espécie de apelo à importância deste tipo de estudo. Embora o estudo do político já ganhara força no fim dos anos 70, o lançamento desta obra (que na verdade é uma coletânea de vários autores franceses) deu um impulso importante para a produção historiográfica em todo o mundo, tendo seus desdobramentos também no Brasil

O político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos (RÉMOND, 2003, p. 449).

Partindo destas mudanças de perspectiva do ensino no Brasil, no fim dos anos 90 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN`s), com uma proposta de transdisciplinaridade entre as disciplinas, focando a formação cidadã do educando. Embora não fosse obrigatório seguir os PCN`s, estes ficariam como base para o ensino em todo o Brasil, uma vez que eram constituídos por princípios bastante generalizantes, deixando espaço para cada local ajustar o currículo conforme suas especificidades. O caráter plural é bastante visível na apresentação do documento, onde é listado os principais objetivos desta formação

[...] compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
[...]
questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação (BRASIL, 1997, p. 5).

No caso em específico da disciplina de História, as mudanças significativas foram incorporadas à documentação, principalmente às inúmeras mudanças promovidas pelos *Annales*, bem como por significativa parte da historiografia inglesa (JANOTTI, 2002). A disciplina História deveria ser compreendida não de maneira linear nem politizada, mas sim respeitando a já citada formação cidadã do educando

Assim, os estudos da história dos grupos de convívio e nas suas relações com outros grupos e com a sociedade nacional, considerando vivências nos diferentes níveis da vida coletiva (sociais, econômicas, políticas, culturais, artísticas, religiosas), exigem métodos específicos, considerando a faixa etária e as condições sociais e culturais dos alunos. Existe uma grande diversidade cultural e histórica no País, explicada por sua extensão territorial e pela história de seu povoamento. As diferenças sociais e econômicas da população brasileira acarretaram formas diversas de registros históricos. Assim, há um grande número de pessoas que não fazem uso da escrita, tanto porque não tiveram acesso a processos formais de alfabetização como porque pertencem a culturas ágrafas, como no caso de populações indígenas. Nesse sentido, o trabalho pedagógico requer estudo de novos materiais (relatos orais, imagens, objetos, danças, músicas, narrativas), que devem se transformar em instrumentos de construção do saber histórico escolar.

Ao se recuperar esses materiais, que são fontes potenciais para construção de uma história local parcialmente desconhecida, desvalorizada, esquecida ou omitida, o saber histórico escolar desempenha um outro papel na vida local, sem significar que se pretende fazer do aluno um “pequeno historiador” capaz de escrever monografias, mas um observador atento das realidades do seu entorno, capaz de estabelecer relações, comparações e relativizando sua atuação no tempo e espaço. A escolha metodológica representa a possibilidade de orientar trabalhos com a realidade presente, relacionando-a e comparando-a com momentos significativos do passado. Didaticamente, as relações e as comparações

entre o presente e o passado permitem uma compreensão da realidade numa dimensão histórica, que extrapola as explicações sustentadas apenas no passado ou só no presente imediato (BRASIL, 1997, p. 26).

A aprovação, em 2003, da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino foi um outro processo indicativo de mudanças significativas no ensino (Lei 10.639/2003 para a cultura afro-brasileira e Lei 11.645/2008 para a cultura afro brasileira e indígena), uma vez que estes grupos, geralmente marginalizados na historiografia nacional, passam a ter maior espaço dentro do ensino, representando um resgate destes grupos e uma espécie de apelo à discussão da problemática social (que é bastante grave no país) (FONSECA, 2009); embora o conteúdo não possui uma disciplina específica (devendo ser ministrada nas disciplinas de educação artística, literatura e história do Brasil), sua obrigatoriedade vai de encontro aos novos postulados dos PCN's e da historiografia em geral.

Como Rémond havia indicado, a política não é, necessariamente, as instituições oficiais e seus desdobramentos. Assim, o resgate do político dentro da história não redundou, necessariamente, na volta à historiografia tradicional tão questionada nos primórdios dos *Annales*, mas sim em uma maior *participação cidadã* por parte dos estudantes.

Embora as mudanças ainda sejam pequenas, a pesquisa encomendada pelo Senado coloca que a relação entre a escolaridade e a participação política não é por acaso, mas sim parte de um processo importante, o qual não somente o ensino de história deve estar integrado, mas todo o ambiente escolar, buscando uma maior interação entre o sujeito e o mundo ao qual ele está inserido.

E também partindo do princípio de Paulo Freire, do qual a educação é política, todo o profissional envolvido nesta área deve ter em mente que seu trabalho não é neutro: ao lado do conteúdo propriamente técnico, há também a formação da pessoa em outros aspectos, preconizada nas reformas curriculares destes últimos anos.

Obviamente, há inúmeros problemas nas instituições escolares e no ensino, propriamente no ensino de História. Os salários extremamente baixos, a desvalorização do profissional perante a sociedade, as dificuldades encontradas pelas Licenciaturas nas Universidades, são problemas gravíssimos que devem ser

encarados, uma vez que estes fatores impedem, em grande escala, que as ideias teóricas de formação cidadã dos educandos se tornem fatos, chegando à prática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto L. Manuais didáticos de História do Brasil no Colégio Pedro II: do império às primeiras décadas da república. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS: História, Sociedade e Educação no Brasil, 8, Campinas, 2009. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/tsc_gilberto.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa : Europa América, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 jul. 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa : Europa América, 1983, p. 97.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

FIDELIS, Thiago. **O ofício ou a dúvida do historiador**. Ensaios de História, Franca, v. 12, n. ½, p. 215, 2007.

FONSECA, Genaro A.; MARTINO, Vânia de F.; SILVA, Ana C. da. Relações Étnico-Raciais na Escola: Reflexões Sobre a Lei 10.639/03. **CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 1, n. 1, 2009.

FONSECA, Selva G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva G. **Didática e Prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003.

GOMES, Ângela C. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

JANOTTI, Maria de L. História, política e ensino. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MALATIAN, Teresa. **O Estado Novo (1937-1945)**. Franca: UNESP, 1986.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.